DocuSign Envelope ID: 4AE80EA8-A9A9-4F57-90DD-168E00AEF0DD

Neobpo Serviços de Processos de Negócios e Tecnologia S.A.

CNPJ 24.765.823/0001-76

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, a administração da Neobpo Serviços de Processos de Negócios e Tecnologia S.A. submete à apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - RS), permanecendo à disposição para quaisquer informações.

Balanço Patrimonial		Controladora		Consolidado	
Ativos	**Nota**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulantes		**164.913**	**163.190**	**164.786**	**163.801**
Caixa e equivalentes de caixa	5	55.422	49.141	55.491	49.461
Contas a receber	6	89.090	96.711	89.451	96.998
Contas a receber - Partes relacionadas	7	651	-	-	-
Impostos a recuperar		4.851	5.025	4.940	5.026
Despesas antecipadas		3.871	3.796	3.871	3.796
Depósitos judiciais	16.1	1.153	1.353	1.153	1.353
Outros créditos	8	9.875	7.164	9.880	7.167
Não Circulantes		**201.398**	**234.517**	**201.898**	**234.295**
Outros créditos	8	563	-	563	-
Depósitos judiciais	16.1	2.497	2.495	2.497	2.495
Investimentos	11	7.753	8.475	-	-
Imobilizado	12	99.803	132.423	99.803	132.423
Intangível:					
Ágio	9	78.026	78.026	86.279	86.279
Outros intangíveis	10	12.756	13.098	12.756	13.098
Total dos Ativos		**366.311**	**397.707**	**366.684**	**398.096**

Balanço Patrimonial		Controladora		Consolidado	
Passivo e Patrimônio Líquido	**Nota**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulantes		**155.266**	**155.129**	**155.478**	**155.493**
Fornecedores	13	25.234	26.726	25.257	26.772
Empréstimos e financiamentos	14	34.476	17.910	34.476	17.910
Passivo de arrendamento	15	17.612	15.819	17.612	15.819
Impostos a recolher	17	6.298	12.786	6.349	12.965
Salários e encargos sociais	18	56.219	62.784	56.358	62.923
Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	7/20.d	2.546	2.546	2.546	2.546
Provisão para riscos	16	7.524	4.681	7.524	4.681
Outras contas a pagar		5.357	11.877	5.356	11.877
Não Circulantes		**106.097**	**97.755**	**106.258**	**97.780**
Provisão para riscos	16	2.907	2.012	2.907	2.012
Empréstimos e financiamentos	14	61.209	53.974	61.209	53.974
Passivo de arrendamento	15	19.140	33.209	19.140	33.209
Impostos a recolher	17	1.745	948	1.745	973
IR e CS diferidos	19	21.096	7.612	21.257	7.612
Patrimônio Líquido		**104.948**	**144.823**	**104.948**	**144.823**
Capital social	20.a	93.274	92.834	93.274	92.834
Ações em tesouraria		(12)	-	(12)	-
Reservas de capital	20.c	42.883	42.763	42.883	42.763
Reservas de lucros		(31.197)	9.226	(31.197)	9.226
Total dos Passivos e PL		**366.311**	**397.707**	**366.684**	**398.096**

Demonstração do Resultado		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Receita Líquida de Serviços	21	563.897	605.915	569.295	609.732
Custo dos Serviços Prestados	22	(535.098)	(544.003)	(540.972)	(547.327)
Lucro bruto		28.799	61.912	28.323	62.405
Despesas operacionais					
Com vendas	22	(7.959)	(9.340)	(7.959)	(9.340)
Gerais e administrativas	22	(39.521)	(31.140)	(39.521)	(31.141)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(723)	113	-	-
Outras receitas operacionais líquidas	22	5.055	-	5.055	-
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes do Resultado Financeiro		(14.349)	21.545	(14.102)	21.924
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	23	3.912	1.857	3.915	1.864
Despesas financeiras	23	(16.502)	(11.080)	(16.504)	(11.081)
Lucro (Prejuízo) Antes do IR e da CS		(26.939)	12.322	(26.691)	12.707
IR e Contribuição Social					
Corrente	19	-	-	(87)	(385)
Diferido	19	(13.484)	(1.601)	(13.645)	(1.601)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		(40.423)	10.721	(40.423)	10.721

Demonstração do Resultado Abrangente	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(40.423)	10.721	(40.423)	10.721
Componentes dos resultados abrangentes:				
Outros resultados abrangentes que poderão ser reclassificados posteriormente para o resultado	-	-	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	(40.423)	10.721	(40.423)	10.721

Demonstração dos Fluxos de Caixa		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		(40.423)	10.721	(40.423)	10.721
Ajustes para reconciliar o Lucro líquido (Prejuízo) do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:					
IR e CS diferidos	19	13.484	(1.601)	13.732	(1.986)
Depreciações e amortizações	10 e 12	36.200	33.475	36.200	33.475
Custo residual de bens do ativo imobilizado e intangível baixados	10 e 12	15.221	-	15.221	-
Provisão para riscos, líquida de reversões	16	13.356	9.625	13.356	9.625
Juros sobre empréstimos e impostos parcelados	14	11.696	6.558	11.696	6.558
Custo de financiamento reconhecido no resultado	14	(708)	(300)	(708)	(300)
Provisão de bônus e participação nos lucros e resultados		(1.617)	(4.712)	(1.617)	(4.712)
Plano de opção de ações	20.b	120	80	120	80
Resultado de equivalência patrimonial		723	113	-	-
		48.052	53.959	47.577	53.461
Variação de ativos e passivos:					
Contas a receber	6	7.621	(2.248)	7.695	(2.496)
Contas a receber partes relacionadas	7	(651)	-	(651)	-
Impostos a recuperar		174	10.468	262	10.469
Depósitos judiciais	16.1	198	476	198	476
Despesas antecipadas		(75)	(2.498)	(75)	(2.498)
Outros créditos	8	(3.274)	4.607	(3.276)	4.608
Fornecedores	13	(1.617)	76	(1.595)	121
Salários e encargos sociais	18	(4.948)	2.732	(4.947)	2.855
Impostos a recolher	17	(5.691)	(9.674)	(5.587)	(9.538)
Outras contas a pagar		(6.520)	(7.452)	(6.583)	(6.864)
Pagamento de contingências	16	(9.618)	(8.771)	(9.618)	(8.771)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações, antes do pagamento de juros		23.651	41.675	23.400	41.823
Pagamento de juros sobre "leasing"	14	(1.446)	(846)	(1.446)	(846)
Pagamento de juros sobre empréstimos	14	(8.589)	(3.665)	(8.589)	(3.665)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		13.616	37.164	13.365	37.312
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento					
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	10, 12 e 27	(8.766)	(17.225)	(8.766)	(17.225)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(8.766)	(17.225)	(8.766)	(17.225)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento					
Recompra de ações		(12)	-	(12)	-
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	20.d	-	(11.053)	-	(11.053)
Captação de empréstimos	14	35.000	15.000	35.000	15.000
Aporte de capital	20.a	440	1.169	440	1.169
Amortização de empréstimos	14	(10.604)	(36.706)	(10.604)	(36.706)
Amortização de arrendamentos	15	(23.393)	(19.367)	(23.393)	(19.367)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		1.431	(50.957)	1.431	(50.957)
Aumento (Redução) em Caixa e Equivalentes de Caixa		6.281	(31.018)	6.030	(30.870)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		49.141	80.159	49.461	80.331
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		55.422	49.141	55.491	49.461

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				Reservas de capital		Reservas de lucros		
	Nota	**Capital social**	**Ações em tesouraria**	**Reservas de capital**	**Reserva de compra de ações liquidada com instrumentos de patrimônio**	**Legal**	**Lucros acumulados**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2020		91.665	-	42.683	-	1.027	24	135.399
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	10.721	10.721
Aumento de capital	20.a	1.169	-	-	-	-	-	1.169
Constituição de reserva legal	20.c	-	-	-	-	536	(536)	-
Dividendos propostos	20.d	-	-	-	-	-	(2.546)	(2.546)
Opção de compra de ações reconhecidas no exercício	20.b	-	-	-	80	-	-	80
Saldo em 31 de dezembro de 2021		92.834	-	42.683	80	1.563	7.663	144.823
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(40.423)	(40.423)
Absorção de reserva legal	20.c	-	-	-	-	(1.563)	1.563	-
Recompra de ações		-	(12)	-	-	-	-	(12)
Aumento de capital	20.a	440	-	-	-	-	-	440
Opção de compra de ações reconhecidas no exercício	20.b	-	-	-	120	-	-	120
Saldo em 31 de dezembro de 2022		93.274	(12)	42.683	200	-	(31.197)	104.948

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A Neobpo Serviços de Processos de Negócios e Tecnologia S.A. ("Companhia" ou "NEO") foi constituída em 10 de maio de 2016. Possui sede na Avenida Prefeito Carlos Ferreira Lopes, 490, Vila Mogilar, Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, tendo como principais objetivos: (i) prestação de serviços de contatos telefônicos, serviços de "call center", implantação de centrais de atendimento para terceiros, recrutamento, treinamento, locação, e fornecimento e gerenciamento e gestão de mão de obra especializada; locação de equipamentos de telefonia e informática em geral; processamento e digitação de dados referentes aos serviços de centrais de atendimento; telemarketing, promoção de vendas de produtos e serviços diversos, pesquisa de mercado e mala direta de qualquer forma ou natureza; serviços de cobrança extrajudicial; (ii) análise, consultoria, desenvolvimento, implementação, suporte técnico, gerenciamento de sistemas de informática; (iii) locação, sublocação e cessão de espaço físico em imóveis; (iv) locação de infraestrutura em geral, incluindo ou não, equipamentos de telefonia ou informática; (v) atendimento a clientes de forma presencial, promoção de vendas de produtos e serviços diversos, marketing promocional; (vi) prestação de serviços de correspondente de instituições financeiras; (vii) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; (viii) prestação de serviços em consultoria em sistemas de gestão documental; (ix) execução de serviços de digitação, digitalização de documentos em geral; (x) prestação de serviços de triagem, organização, custodia e guarda de documentos de terceiros; (xi) prestação de serviços de gestão de processos de negócios; (xii) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista; (xiii) consultoria de estratégia digital, equipes de desenvolvimento ágil, análise de dados, "big data", "design thinking" e assessoria em transformação digital; (xiv) portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; e (xv) prestação de Serviços de consultoria, assessoria de informação e validação de identidade pessoal, cadastramento e registro de usuários, inclusive tendo como referência bases de dados biográficos e/ou biométricos de empresas públicas e/ou privadas, inclusive para fins de emissão e registro de certificados digitais. Durante o ano de 2022, a NEO realizou a baixa de benfeitorias e ativos físicos relacionados à venda/entrega dos sites das unidades de Eusébio e Santos no montante de R$5.615. Essa decisão foi tomada em resposta à pandemia, que proporcionou a Companhia a se adaptar a novos modelos de trabalho. Para algumas operações, foi adotado o modelo de trabalho remoto, o que reduziu a necessidade desses sites. Ao realizar a baixa desses ativos, a Companhia obteve uma economia significativa em termos de despesas operacionais. Além disso, a Companhia se tornou mais competitiva no mercado, pois foi capaz de oferecer preços mais competitivos aos clientes, sem comprometer a qualidade do serviço. Também houve a baixa do Imposto de renda diferido ativo no montante de R$23.431, uma vez que faz uso de alguns benefícios fiscais que não exigem a contabilização desse imposto. Essa baixa foi realizada após uma revisão cuidadosa das informações contábeis e fiscais da Companhia, que confirmou que não seria necessário provisionar este ativo. Essa ação permitiu que a Companhia ajustasse seu balanço patrimonial, eliminando um ativo que não era necessário e garantindo que seus números contábeis refletissem com mais precisão a realidade da Companhia. Além disso, essa ação ajudou a empresa a otimizar seus processos contábeis e fiscais, garantindo que pudesse se beneficiar de todos os benefícios fiscais disponíveis. Impactando então no resultado da Companhia o montante de R$29.046. A Administração espera que as ações tomadas durante o ano de 2022 tragam benefícios a partir do ano de 2023, conforme orçamento aprovado. **2. resumo das principais práticas contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos. A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. **2.3. Continuidade operacional:** A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. **2.4. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em reais (R$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera. **2.5. Critérios de consolidação:** Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes contábeis às demonstrações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis àquelas usadas pela Companhia. Todos os saldos e transações de contas a receber e a pagar, bem como os investimentos na proporção da participação da investidora no patrimônio líquido e no resultado da controlada e o resultado não realizado, líquido de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre as empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminados integralmente. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia o investimento em controlada são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial. A seguinte empresa está incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

Empresa	País	Controle	31/12/2022	31/12/2021
S3ND Tecnologia da Informação Ltda. (*)	Brasil	Direto	100%	100%

2.6. Combinação de negócios: Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos/adquiridos e dos passivos incorridos/assumidos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, se houver, sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Quando uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada a valor justo na data da aquisição e incluída na contraprestação transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contraprestação contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes ao ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o período máximo de um ano, relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição. Caso os ajustes sejam referentes a fatos e circunstâncias que não eram existentes na data de aquisição, o ajuste deve ser efetuado no resultado do exercício. Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período em que essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração, ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, os quais, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data. <u>Demonstrações financeiras individuais</u> - Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do exercício. As contraprestações transferidas e o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente. **2.7. Caixa e equivalentes de caixa:** Consistem principalmente de caixa, saldos em bancos e aplicações financeiras. Estão demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixos para resgate) e liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **2.8. Contas a receber de clientes e provisão para perdas de créditos estimadas:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de serviços no decurso normal das atividades da Companhia, líquidos da provisão para perdas de créditos estimadas, sendo esta constituída quando há expectativa de que a Companhia não será capaz de receber todos os montantes devidos de acordo com os termos dessas contas a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração a análise histórica da recuperação dos valores em atraso. Após a análise da Administração da Companhia, mensura as provisões para perdas com base na perda de créditos estimadas, considerando os últimos 12 meses (exceto, caso de recuperação judicial). O valor da provisão para perdas créditos estimados é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante; caso contrário, apresentadas no ativo não circulante. **2.9. Imobilizado:** Edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e custos necessários para transporte e instalação e, no caso de ativos qualificáveis em andamento, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim do exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorrido. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, anualmente. O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. A vida útil estimada dos bens na data-base analisada é conforme segue:

	Anos
Edifícios	40
Instalações	15 a 20
Móveis e utensílios	12
Benfeitorias em propriedades de terceiros	6 a 13
Computadores e periféricos	6
Veículos	5

2.10. Ativos Intangíveis: a) Ágio - O ágio resultante de uma combinação de negócios é reconhecido como um ativo na data em que o controle é adquirido, ou seja, na data de aquisição. O ágio é mensurado pelo excedente da soma das contrapartidas transferidas, pelo montante da participação não controladora e pelo valor justo das participações mantidas anteriormente na adquirida, se houver, em relação ao valor justo dos ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos, na data da aquisição. O ágio não é amortizado, entretanto, sua recuperação é revisada anualmente. Para fins de teste de redução ao valor recuperável (teste de "impairment"), o ágio foi alocado para a Companhia como um todo por este representar o menor nível dentro da Companhia no qual o ágio é monitorado para fins gerenciais internos. Portanto, o ágio é submetido anualmente a testes de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que poderão apresentar indicadores de perda no valor recuperável de seus ativos. Se o valor recuperável do ágio for menor que o seu valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil desse ágio. Uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida sobre um ágio não é revertida em período posterior. Os ágios gerados na aquisição de investimentos são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existem fluxos de caixa identificáveis (UGC). **b) Outros intangíveis -** Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. <u>Marcas e patentes</u> - Apresentados de acordo com a alocação do preço pago às marcas e patentes em combinação de negócios. <u>*Software*</u> - Registrado pelo custo de aquisição e amortizado durante o prazo da licença (cinco anos). <u>Carteira de clientes</u> - Apresentados de acordo com a alocação do preço pago à carteira de clientes em combinação de negócios. A amortização desses saldos está sendo calculada de forma linear com prazo de 5 anos, conforme laudos de avaliação econômico-financeira. **2.11. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da Unidade Geradora de Caixa – UGC à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às UGCs individuais ou ao menor grupo de UGCs para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou, ainda, não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, a menos que o correspondente ativo seja demonstrado ao valor reavaliado, em cujo caso a perda por redução ao valor recuperável é tratada como redução de reavaliação. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, a menos que o correspondente ativo seja demonstrado ao valor reavaliado, em cujo caso a reversão da perda por redução ao valor recuperável é tratada como aumento de reavaliação. **2.12. Arrendamentos:** São classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais. Os ativos adquiridos por meio de arrendamento financeiro são inicialmente reconhecidos como ativos da Companhia pelo valor justo no início do arrendamento ou, se inferior, pelo valor presente do pagamento mínimo do arrendamento. O passivo correspondente ao arrendador é apresentado no balanço patrimonial como uma obrigação com arrendamento financeiro. Os pagamentos referentes ao arrendamento são distribuídos entre os encargos financeiros e a redução da obrigação, a fim de atingir uma taxa de juros constante em relação ao saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos diretamente no resultado, a menos que possam ser diretamente atribuídos aos ativos qualificados, caso em que são capitalizados de acordo com a política geral da Companhia em relação aos custos de empréstimos. **2.13. Empréstimos e financiamentos:** Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação, nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14. **2.14. Imposto de renda e contribuição social: 2.14.1. Impostos correntes:** A provisão para o imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. Quando aplicável, o imposto de renda é constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. **2.14.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("imposto diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante de reconhecimento inicial de ágio. O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada exercício, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensação e sejam referentes impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **2.15. Reconhecimento da receita:** Compreende o valor justo da contraprestação do serviço prestado, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares. <u>Prestação de serviços</u> - A receita é reconhecida quando efetivamente realizada, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (a) haja evidência da existência de contrato; (b) o serviço tenha sido efetivamente prestado; (c) o preço esteja fixado e determinado; e (d) o recebimento seja provável. <u>Receita de juros</u> - A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo. As receitas financeiras representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras. **2.16. Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. **2.17. Provisões para riscos e depósitos judiciais:** As provisões para riscos e depósitos judiciais são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.18. Pagamento baseado em ações:** Reconhecido como despesa no resultado, pelo valor justo, durante o período no qual o direito é adquirido, após o atendimento a determinadas condições específicas, conforme nota explicativa nº 20.b). **2.19. Recompra de ações (ações em tesouraria):** Quando o capital social reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da consideração paga, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquidos de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Quando as ações <u>em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido</u> é reconhecido como um aumento do patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação são apresentadas como reserva de capital. **2.20. Instrumentos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em três categorias: a custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Os instrumentos financeiros são reconhecidos na data de negociação e inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. <u>Ativos financeiros</u> - Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. <u>Passivos financeiros</u> - Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Porém, os passivos financeiros resultantes quanto à transferência de um ativo financeiro não se qualificam para baixa ou quando a abordagem de envolvimento contínuo é aplicável, são mensurados de acordo com as políticas contábeis específicas. <u>Instrumentos financeiros derivativos</u> - Derivativos são reconhecidos pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício. Esses derivativos incluem contratos de Swap (nota explicativa nº 14.c). A Companhia não adota a prática contábil de "hedge accounting" em suas operações. <u>Classificação dos ativos financeiros</u> - • Custo amortizado: • Valor justo por meio do resultado: Instrumentos financeiros – "hedge" de valor justo. <u>Classificação de passivos financeiros</u> - Os instrumentos da dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, exceto pelo capital social. • Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado. Não há passivos classificados nesta categoria. <u>Compensação de instrumentos financeiros</u> - Ativos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.21. Adoção de novos pronunciamentos contábeis, revisões e interpretações emitidas pelo CPC no exercício corrente: Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis. Novos CPCs, revisões dos CPCs e interpretações ICPC (Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) em vigor no exercício corrente. Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Norma	Requerimento
CPC 15 (R1) - Referências à estrutura conceitual	Exige que alterações dentro do escopo do CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes, o comprador adota o CPC 25 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados.
CPC 27 - Imobilizado – Recursos antes do uso pretendido	As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Consequentemente, a Entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado.
CPC 25 - Contratos onerosos – Custo cumprimento do contrato	As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados aos contratos compreendem os custos incrementais desse contrato e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos.
CPC 48 - Instrumentos financeiros	A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a Entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a Entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela Entidade ou credor em nome da outra parte.
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	A alteração exclui o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros.

Não há normas CPC ou interpretações ICPC aplicáveis à Companhia que ainda não entraram em vigor e que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Críticas: Na aplicação das políticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. <u>Julgamentos</u> - As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **3.1. Provisão para riscos e processos judiciais:** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota explicativa nº 16. Provisões são constituídas para todos os riscos e processos judiciais que representam perdas prováveis e que possam ser estimadas com segurança. A avaliação da probabilidade de perda e baseada na avaliação dos advogados externos, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. **3.2. Avaliação de instrumentos financeiros:** São utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 4 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas. **3.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:** São registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro, com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais. Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados até o limite de 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº 19). **3.4. Redução ao valor recuperável ("impairment"):** (i) Ativos financeiros - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros esperados. A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. (ii) Ativos não financeiros - Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores estimados de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso. O ágio integrante do valor contábil de um investimento em uma controlada, por não ser reconhecido individualmente, é testado em conjunto com o valor total do investimento, como se fosse um ativo único. O ativo imobilizado é submetido ao teste de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. **3.5. Vida útil de ativos imobilizados e intangíveis:** A revisão da vida útil é feita anualmente. Não houve alterações relevantes nas depreciações e amortizações registradas, bem como não foi identificada necessidade de alteração na vida útil utilizada (notas explicativas nº 2.9 e nº 2.10). **4. Gestão de Risco Financeiro:** a) Considerações gerais e políticas - A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

b) Categorias de instrumentos financeiros	2022	2021
Ativos financeiros:		
Custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	55.491	49.461
Contas a receber	89.451	96.998
	144.942	146.459
Valor justo por meio do resultado:		
Operações 4131 (Swap) (classificado como juros e cambial)	552	1.367
Total	145.494	147.826
Passivos financeiros:		
Custo amortizado:		
Empréstimos e financiamentos	95.685	71.884
Fornecedores	25.257	26.772
Passivos de arrendamentos	36.752	49.028
	157.694	147.684

A Administração é de opinião que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. <u>Considerações gerais e políticas</u> - As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco é realizada pela área de Tesouraria da Companhia, segundo as políticas de alçadas aprovadas pelo Conselho de Administração. A área de Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia de eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimentos de excedentes de caixa. **4.1. Risco de mercado:** a) Risco associado à taxa de juros - O risco da taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos captados às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos captados às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. b) Gestão do risco de capital - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade da Companhia de oferecer retorno aos acionistas e outros benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, deduzidos do saldo caixa e equivalentes de caixa) em relação ao patrimônio líquido. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira.

DocuSigned by:
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 18/04/2023 20:27:22 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*

DocuSign Envelope ID: 4AE80EA8-A9A9-4F57-90DD-168E00AEF0DD

Os índices de alavancagem financeira estão assim representados:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Dívida	(95.685)	(71.884)	(95.685)	(71.884)
Caixa e equivalentes de caixa	55.422	49.141	55.491	49.461
Dívida líquida	(40.263)	(22.743)	(40.194)	(22.423)
Patrimônio líquido	104.948	148.124	104.948	148.124
Índice de endividamento líquido	38,4%	15,4%	38,3%	15,1%

4.2. Risco de crédito: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha. A base de clientes da Companhia é bastante concentrada e os dez maiores clientes representam 64,4% da receita bruta do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (69,6% em 2021). A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e os limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em contas a receber. **4.3. Risco de liquidez:** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão no curto, médio e longo prazos. A Administração da Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue necessários, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Tabela de riscos de liquidez e juros - As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações, além de incluir os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no fim do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Controladora e Consolidado	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Operação de capital de giro	27.430	54.593	82.023
Operação de Swap para CDI	8.158	5.389	13.547
Arrendamento mercantil - (CPC 06)	17.612	19.140	36.752
Arrendamento mercantil financeiro	7.985	17.132	25.117
Fornecedores	25.234	-	25.234
Total	86.419	96.254	182.673

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures: Risco CDI - Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia são afetados pelas variações na taxa de Certificado de Depósito Interbancário - CDI, assim como os empréstimos. O cenário provável foi determinado pela Administração com base nas taxas vigentes em 31 de dezembro de 2022.

Estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros atuais, as receitas (despesas) financeiras seriam impactadas conforme segue:

Transação	Risco médio em 31/12/2022	Exposição em 31/12/2022	Projeção 31/12/2022 (*)	Cenários (50%)	(25%)	(10%)	50%	25%	10%
Operações de Capital de Giro	CDI + 3,2% a.a.	(76.694)	(90.023)	(84.569)	(87.261)	(88.876)	(95.335)	(92.644)	(91.029)
Arrendamento financeiro	CDI + 3,4% a.a.	(19.181)	(22.549)	(21.178)	(21.849)	(22.252)	(23.862)	(23.191)	(22.789)
Aplicações financeiras	98,9% do CDI (média ponderada)	54.331	61.666	57.982	59.806	60.900	65.274	63.452	62.358
Exposição líquida CDI		(41.544)	(50.906)	(47.765)	(49.304)	(50.228)	(53.923)	(52.383)	(51.460)
Ganho (deterioração) comparada à projeção				3.141	1.602	678	(3.017)	(1.477)	(554)

(*) Receitas e despesas financeiras projetadas para os próximos 12 meses com base na exposição e taxas de 31 de dezembro de 2022.

5. Caixa e equivalentes de caixa: Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, representam o caixa em poder da Companhia e os depósitos bancários, líquidos de saldos bancários a descoberto, quando aplicável. Estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos	1.091	540	1.160	715
Aplicações financeiras (*)	54.331	48.601	54.331	48.746
Total	**55.422**	**49.141**	**55.491**	**49.461**

(*) São remuneradas por uma taxa média de 98,9% (98,5% em 2021) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações possuem liquidez imediata e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

6. Contas a receber: a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Contas a receber faturadas	52.058	44.593	52.406	44.606
Contas a receber a faturar	38.981	54.119	38.994	54.393
Perdas de créditos estimadas	(1.949)	(2.001)	(1.949)	(2.001)
Total	**89.090**	**96.711**	**89.451**	**96.998**

O prazo médio de recebimentos consolidado é de 58 dias em 31 de dezembro de 2022 (57 dias em 2021). Sobre as contas a receber em atraso são cobrados, a partir da data de vencimento, 2% de multa e juros de 1% ao mês sobre o saldo a pagar. A provisão para perdas de créditos estimadas é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas de créditos estimadas na realização das contas a receber. As despesas de provisão para perdas esperadas de créditos foram registradas no resultado do exercício como "Despesas com vendas". A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada anteriormente. **b) Contas a receber de clientes por idade de vencimento, líquidas das provisões**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
A vencer	82.556	93.212	82.917	93.499
Vencidas:				
Até 30 dias	3.812	1.498	3.812	1.498
De 31 a 60 dias	120	-	120	-
De 61 a 90 dias	323	-	323	-
De 91 a 180 dias	330	-	330	-
Acima de 180 dias	1.949	2.001	1.949	2.001
Total	**89.090**	**96.711**	**89.451**	**96.998**

A movimentação na provisão para perdas de créditos estimadas é conforme demonstrada abaixo:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(2.734)
Baixas por perda efetiva	733
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(2.001)
Reversões por recuperação	52
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.949)

7. Transações com partes relacionadas: Os saldos a receber por transações com partes relacionadas, estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
	2022	2021
Passivo Circulante		
Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	2.546	2.546
Total	**2.546**	**2.546**

	Controladora	
	2022	2021
Ativo Circulante		
Contas a receber:		
S3ND	651	-
Total	**651**	**-**

O acionista da Companhia e atual Diretor Executivo ("CEO") também ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração da prestadora de serviços Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. ("Tivit"). Em 31 de dezembro de 2022, o montante total do contrato pela Companhia junto à prestadora de serviços Tivit foi de R$7.296 (R$9.728 em 2021). Todos os preços praticados entre as partes são acordados através de contrato e seguem os padrões de mercado.

8. Outros Créditos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Retenções de clientes (a)	3.229	2.748	3.229	2.748
Antecipação a colaboradores (salários e férias)	2.759	3.991	2.764	3.994
Adiantamento a fornecedores	436	425	436	425
Outros (b)	4.014	-	4.014	-
Total	**9.875**	**7.164**	**9.880**	**7.167**
Circulante	9.875	-	9.880	-
Não circulante	563	-	563	-

(a) Refere-se a retenções de clientes (caução), conforme previsão contratual. As retenções são liberadas apenas no término dos contratos e possuem como objetivo atrelar a prestação de serviço acordada. (b) Refere-se ao valor a ser recebido, relacionado à venda do imóvel da Eusébio, sendo a última parcela do montante recebida em março de 2023.

9. Ágio na Aquisição de Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custo:				
TIVIT Investimentos (líquido) – Softway (a)	64.842	64.842	64.842	64.842
iGree	12.842	12.842	12.842	12.842
S3ND	-	-	8.253	8.253
Outras	342	342	342	342
Total	**78.026**	**78.026**	**86.279**	**86.279**

(a) O valor registrado refere-se ao ágio de R$64.842 gerado na então controladora TIVIT Investimentos, em decorrência da aquisição da Companhia em 1º de agosto de 2007, empresa incorporada pela Companhia durante o ano de 2007. A Companhia não pode prever se ocorrerá um evento que ocasione uma desvalorização dos ativos, quando ele irá ocorrer ou como ele afetará o valor informado dos ativos. A Companhia acredita que todas as suas estimativas são razoáveis: elas são consistentes com os relatórios internos e refletem as melhores estimativas da Administração. Entretanto, existem incertezas inerentes que a Administração pode não ser capaz de controlar. A metodologia utilizada pela Companhia está de acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, pelo qual as abordagens de valor justo líquido de despesas de venda e valor em uso são levadas em consideração. Isso consiste na aplicação de um fluxo de caixa descontado baseado em modelos de avaliação de aquisição. Premissas-chave - As premissas-chave consideradas para o teste de "impairment", ou seja, aquelas para as quais o valor recuperável das unidades geradoras de caixa é mais sensível são as seguintes: • Volume de vendas - prestação de serviços. • Margem LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização). • Dispêndio anual para investimentos (Capex). • Taxa de desconto. Volume de vendas - prestação de serviços - O volume de vendas - prestação de serviços foi estimado com base no desempenho passado da Companhia e no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2022, na expectativa de crescimento da economia. Os percentuais estimados de crescimento do volume de venda - prestação de serviços são:

	2023	2024	2025	2026	2027
Taxa de crescimento	4,3%	4,0%	5,0%	5,0%	4,0%

Margem LAJIDA - A margem LAJIDA para o ano de 2023 está de acordo com o orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para o período de 2024 a 2027, a Administração utilizou percentuais de margem que correspondem às condições dos mercados onde a Companhia atua, refletindo as movimentações de tal margem em decorrência do crescimento estimado de receita. Dispêndio anual para investimentos (Capex) - Os investimentos referem-se a equipamentos que serão utilizados em novas operações e foram projetados considerando sua representatividade em relação à receita líquida advinda de prestação de serviços. Para o ano de 2023, foi utilizado o valor do orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e para os demais períodos projetados ficou em média 0,5% da receita líquida. Taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções de fluxos de caixa - Após o período projetado, foi considerado o valor presente da perpetuidade do fluxo de caixa projetado para o último ano projetado (2027), ajustando-se o nível de capital de giro e investimentos adequados ao crescimento, considerando para o período perpétuo 5,0% de crescimento (utilizado no último ano da projeção). Taxa de desconto - O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos acionistas da Companhia. O custo da dívida é baseado nos juros de financiamentos, que a Companhia é obrigada a honrar. Com base nestas indicações o WACC foi de 13,63%. A Administração da Companhia optou pelo período de cinco anos, por entender que o período demonstra com maior segurança a projeção do seu fluxo de caixa futuro. As estimativas foram efetuadas em termos nominais. Apesar de a Companhia acreditar que seus julgamentos, premissas e estimativas são apropriados, os resultados efetivos podem diferir de tais julgamentos. Os testes realizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não indicaram necessidade de provisão para ajuste ao valor recuperável de ativos.

10. Outros Intangíveis

	Controladora	
	2022	2021
Custo	59.623	55.349
Amortização acumulada	(46.867)	(42.251)
Total	**12.756**	**13.098**

A movimentação dos saldos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, está assim representada:

	Controladora e Consolidado				
	Marcas e patentes	Software	Cláusula não competição	Carteira de clientes	Total
Custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3	46.202	398	322	46.925
Adições (ii)	-	7.205	175	30	7.410
Transferências	-	644	204	166	1.014
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3	54.051	777	518	55.349
Adições (ii)	-	4.574	-	-	4.574
Baixas	-	(300)	-	-	(300)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3	58.325	777	518	59.623
Amortização					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(37.152)	(13)	(8)	(37.173)
Despesas de amortização	-	(4.780)	(189)	(109)	(5.078)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(41.932)	(202)	(117)	(42.251)
Despesas de amortização	-	(4.320)	(185)	(104)	(4.609)
Baixas	-	(7)	-	-	(7)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(46.259)	(387)	(221)	(46.867)

11. Investimentos

	Controladora	
	2022	2021
Investimentos em controladas	(500)	222
Ágio na aquisição de investimento	8.253	8.253
Total	**7.753**	**8.475**

Informações dos saldos para o exercício findo 31 de dezembro de 2022:

Em 31 de dezembro de 2022	S3ND
Capital social	5
Percentual de participação	100,00%
Patrimônio líquido	(500)
Prejuízo do exercício	(723)

12. imobilizado

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Custo	282.152	308.719
Depreciação acumulada	(182.349)	(176.296)
Total	**99.803**	**132.423**
Direito de uso - edificações	33.265	44.245
Benfeitorias	29.665	35.277
Computadores e periféricos	22.489	21.935
Móveis e utensílios	7.057	7.477
Máquinas e equipamentos	5.916	7.521
Edificações	-	6.450
Imobilizado em andamento	-	4.331
Terrenos	-	3.270
Instalações	1.245	1.588
Direito de uso – veículos	144	307
Direito de uso – máquinas e equipamentos	22	22
Total	**99.803**	**132.423**

A movimentação dos saldos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 está assim representada:

	Controladora e Consolidado		
	2020	Adições	2021
Custo:			
Terrenos	3.270	-	3.270
Edificações	7.419	-	7.419
Direitos de uso – edificações	73.669	8.896	82.565
Instalações	3.554	427	3.981
Móveis e utensílios	21.114	1.439	22.553
Benfeitorias	96.456	4.422	100.878
Máquinas e equipamentos	24.420	798	25.218
Direito de uso – máquinas equipamentos	812	-	812
Computadores e periféricos	48.745	12.251	60.996
Veículos	117	-	117
Direito de uso – veículos	525	385	910
Total	**280.101**	**28.618**	**308.719**
Depreciação acumulada:			
Edificações	(829)	(140)	(969)
Direitos de uso – edificações	(24.039)	(14.281)	(38.320)
Instalações	(2.218)	(170)	(2.388)
Móveis e utensílios	(13.898)	(846)	(14.744)
Benfeitorias	(59.107)	(5.504)	(64.611)
Máquinas e equipamentos	(16.005)	(1.674)	(17.679)
Direito de uso – máquinas e equipamentos	(587)	(203)	(790)
Computadores e periféricos	(30.704)	(5.371)	(36.075)
Veículos	(117)	-	(117)
Direito de uso – veículos	(394)	(209)	(603)
Total	**(147.898)**	**(28.398)**	**(176.296)**
Total líquido	**132.203**	**220**	**132.423**

	Controladora e Consolidado				
	2021	Adições	Baixas	Transferência	2022
Custo:					
Terrenos	3.270	-	(3.270)	-	-
Edificações	7.419	-	(7.419)	-	-
Imobilizado em andamento	4.331	-	-	(4.331)	-
Direitos de uso – edificações	82.565	4.832	-	-	87.397
Instalações	3.976	181	(1.275)	5	2.887
Móveis e utensílios	22.221	694	(3.343)	332	19.904
Benfeitorias	99.888	2.764	(19.234)	990	84.408
Máquinas e equipamentos	25.200	942	(5.905)	18	20.255
Direito de uso – máquinas equipamentos	812	-	-	-	812
Computadores e periféricos	58.010	4.472	(6)	2.986	65.462
Veículos	117	-	-	-	117
Direito de uso – veículos	910	-	-	-	910
Total	**308.719**	**13.885**	**(40.452)**	**-**	**282.152**
Depreciação acumulada:					
Edificações	(969)	(94)	1.063	-	-
Direitos de uso – edificações	(38.320)	(15.812)	-	-	(54.132)
Instalações	(2.388)	(171)	917	-	(1.642)
Móveis e utensílios	(14.744)	(931)	2.828	-	(12.847)
Benfeitorias	(64.611)	(5.928)	15.796	-	(54.743)
Máquinas e equipamentos	(17.679)	(1.586)	4.926	-	(14.339)
Direito de uso – máquinas e equipamentos	(790)	-	-	-	(790)
Computadores e periféricos	(36.075)	(6.899)	1	-	(42.973)
Veículos	(117)	-	-	-	(117)
Direito de uso – veículos	(603)	(163)	-	-	(766)
Total	**(176.296)**	**(31.584)**	**25.531**	**-**	**(182.349)**
Total líquido	**132.423**	**(17.699)**	**(14.921)**	**-**	**99.803**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os montantes de R$30.877 na controladora e no consolidado (no exercícios findo em 31 de dezembro de 2021, os montantes de R$28.001 na controladora e no consolidado), referentes à despesa de depreciação, foram debitados ao resultado na rubrica "Custo dos serviços prestados", e os montantes de R$707 na controladora e no consolidado (na controladora R$396 e no consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Vale-alimentação e vale-transporte	9.268	9.893	9.291	9.894
Licença de uso e manutenção de software	2.855	3.224	2.855	3.224
Serviços profissionais	2.223	2.231	2.223	2.231
Equipamentos de informática e telecomunicação	1.800	1.477	1.800	1.477
Ocupação	1.758	1.502	1.758	1.502
Telefonia	1.074	1.262	1.074	1.262
Outros itens	6.256	7.137	6.256	7.182
Total	**25.234**	**26.726**	**25.257**	**26.772**

Em 31 de dezembro de 2022, o prazo médio consolidado de pagamentos é de 46 dias (54 dias em 31 de dezembro de 2021). Não são cobrados juros sobre as contas a pagar em atraso. A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento de riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

14. Empréstimos e Financiamentos

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Operações de capital de giro (a)	64.598	36.497
"Leasings" (b)	19.181	19.318
Banco Citibank S.A. (c)	12.362	17.736
Instrumentos financeiros e derivados (c)	552	(1.367)
Custo de captação	(1.008)	(300)
Total	**95.685**	**71.884**
Circulante	34.476	17.910
Não circulante	61.209	53.974

(a) Referem-se ao saldo a pagar de operações de capital de giro em reais. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui 4 contratos ativos, com vencimentos até 3 de novembro de 2026, ao custo de 100% da variação do CDI, acrescida da sobretaxa média ponderada de 3,3% ao ano, com garantia de Cessão Fiduciária de recebíveis e amortizações mensais. (b) Referem-se ao saldo a pagar de operações de "Leasings", contratadas para aquisição de equipamentos de informática utilizados nas operações da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia é parte em 21 contratos de "Leasings", com vencimentos até 31 de outubro de 2027, ao custo de 100% da variação do CDI, acrescida da sobretaxa média ponderada de 3,4% ao ano. Os contratos de "Leasings", têm como garantia os próprios bens. (c) Refere-se ao saldo a pagar da operação de 4131 originalmente denominada em US$, a qual a Companhia celebrou concomitantemente um contrato de SWAP em reais. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui contrato ativo, com vencimento em 5 de julho de 2024, ao custo de 100% da variação do CDI, acrescida da sobretaxa 3,2% ao ano, com garantia de Imóvel e amortizações trimestrais. Cumprimento de cláusulas restritivas - Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía o contrato junto ao Banco Citibank S.A. no montante de R$12.362 com a seguinte cláusula de restrição financeira ("covenants"): • Endividamento líquido (dívida bancária líquida total/EBITDA): dívida financeira total, incluindo dívida bancária e financiamento de fornecedores, subtraído o valor de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, dividido pelo resultado operacional antes dos juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, inferior ou igual a 2,5x, com base no encerramento de cada exercício social. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia cumpriu as cláusulas de restrição financeira ("covenants"), atingindo assim a relação dívida bancária total versus EBITDA. A movimentação dos contratos de empréstimos e financiamentos, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, está assim representada:

	Controladora e Consolidado					
	2020	Captações	Pagamento de juros	Amortização de principal	Juros	2021
Empréstimos	73.249	15.000	(3.665)	(36.706)	4.988	52.866
Custo de captação "empréstimos"	(319)	-	-	-	19	(300)
"Leasings"	15.715	8.459	(846)	(5.260)	1.250	19.318
Total da dívida bruta	**88.645**	**23.459**	**(4.511)**	**(41.966)**	**6.257**	**71.884**

	Controladora e Consolidado					
	2021	Captações	Pagamento de juros	Amortização de principal	Juros	2022
Empréstimos	52.866	35.000	(8.438)	(10.604)	8.842	77.666
Custo de captação "empréstimos"	(300)	(862)	-	-	-	(1.162)
"Leasings"	19.318	4.736	(1.446)	(6.286)	2.859	19.181
Total da dívida bruta	**71.884**	**38.874**	**(9.884)**	**(16.890)**	**11.701**	**95.685**

Os anos de vencimento das parcelas registradas no passivo não circulante, excluindo o custo de captação, estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
2023	-	29.539
2024	34.029	20.879
2025	15.513	2.659
2026	12.188	1.093
2027	167	-
	61.897	**54.170**
Custo de captação	(688)	(196)
Total	**61.209**	**53.974**

15. passivo de arrendamento

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Arrendamentos mercantis – direitos de uso (*)	36.752	49.028
Total	**36.752**	**49.028**
Parcela do circulante	17.612	15.819
Parcela do não circulante	19.140	33.209

(*) Referem-se ao registro do direito de uso de certos ativos de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 6 (R2). As operações de arrendamento da Companhia não requerem a manutenção de índices financeiros ("covenants"), uma vez que tem como garantia o próprio bem. A movimentação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, está assim representada:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	49.028
Adições	4.832
Pagamentos	(17.108)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	36.752

16. Provisão para Riscos e Depósitos Judiciais: A Companhia é parte em reclamações trabalhistas e tributárias. A Administração acredita, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos, que a provisão para riscos e processos judiciais é suficiente para cobrir prováveis desembolsos de caixa. Os depósitos judiciais estão substancialmente vinculados aos processos judiciais trabalhistas e previdenciários.

	Controladora e consolidado	
	2022	2021
Tributárias (a)	2.907	2.012
Trabalhistas e previdenciárias (b)	7.524	4.681
Total	**10.431**	**6.693**
Circulante	7.524	4.681
Não circulante	2.907	2.012

(a) Referem-se, substancialmente, à provisão constituída para fazer face a eventuais discussões judiciais relativas a créditos apropriados e incidência de PIS e COFINS sobre a parcela das receitas de determinadas atividades. (b) Referem-se, principalmente, a reclamações de ex-colaboradores vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões, notadamente pedidos de responsabilidade subsidiária, horas extras e reconhecimento de vínculo empregatício. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia é, ainda, parte envolvida em reclamações trabalhistas, cujo risco total classificado como possível pelos assessores jurídicos externos, é de aproximadamente R$40.466 (R$36.386 em 31 de dezembro de 2021), e causas de natureza tributárias no montante de R$18.046 (R$157 em 31 de dezembro de 2021). Estão sendo discutidos tanto na esfera administrativa como na judicial, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. A movimentação da provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, está assim representada:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.839
Adições	9.625
Pagamentos	(8.771)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.693
Adições	13.356
Pagamentos	(9.618)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.431

16.1. Depósitos judiciais: Foram realizados depósitos recursais vinculados aos processos trabalhistas e previdenciários. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de depósitos judiciais é de R$3.650 (R$3.848 em 31 de dezembro de 2021).

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Trabalhistas e previdenciárias	3.650	3.848
Total	**3.650**	**3.848**
Circulante	1.153	1.353
Não circulante	2.497	2.495

17. Impostos a Recolher

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
SAT/FAP(*)	2.108	3.790	2.108	3.799
COFINS	1.535	2.058	1.555	2.072
Imposto de Renda Retido na Fonte	1.519	2.036	1.532	2.036
ISS	1.434	1.464	1.447	1.473
INSS	1.031	3.556	1.031	3.556
PIS	353	527	357	530
Outros	63	303	64	472
Total	**8.043**	**13.734**	**8.094**	**13.938**
Parcela do circulante	6.298	12.786	6.349	12.965
Parcela do não circulante	1.745	948	1.745	973

(*) Refere-se à medida liminar concedida pela Justiça Federal nos autos do Mandado de Segurança impetrado no ano de 2021, com o objetivo de afastar a exigência da contribuição ao SAT, considerando o grau de risco da atividade desenvolvida pela Companhia como um todo, para manter o recolhimento da referida exação sob a alíquota correspondente à atividade exercida em cada um dos seus estabelecimentos. O FAP refere-se ao Fator Acidentário de Prevenção, onde a Companhia também entrou com mandado de segurança a fim de reduzir a alíquota atualmente paga, sendo o saldo provisionado referente à diferença entre a alíquota vigente e o montante efetivamente recolhido. A movimentação dos saldos refere-se às decisões das medidas liminares.

18. Salários e Encargos Sociais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Provisão para férias e encargos sociais	29.768	31.798	29.771	31.859
Salários e encargos sociais	20.625	22.720	20.761	22.797
Participação nos resultados	2.065	4.437	2.065	4.437
Outros	3.761	3.829	3.761	3.830
Total	**56.219**	**62.784**	**56.358**	**62.923**

19. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que haverá lucro futuro tributável disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias:		
Prejuízo fiscal e base negativa	20.058	11.675
Provisão para fornecedores	1.488	891
Provisão para perdas de créditos estimadas	663	680
Provisão para bônus	702	1.252
Provisão para horas extras	391	413
Provisão SAT	593	322
Provisão para contingências tributárias	988	684
Provisão para contingências trabalhistas	2.558	1.592
Provisão diferença de taxa de depreciação	4.722	1.364
Provisão para Plano de opção de compra de ações	68	41
Outros	-	61
Provisão para não realização	(23.431)	-
Total	**8.800**	**18.975**

Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ágio Softway (i)	22.163	22.163	22.163	22.163
Arrendamentos	6.945	3.321	6.945	3.321
Mais-valia de aquisição – iGree	473	733	473	733
Mais-valia de aquisição – S3ND	315	370	315	370
Outros	-	-	161	-
Total	**29.896**	**26.587**	**30.057**	**26.587**
Saldo líquido, ativos e passivos	21.096	7.612	21.257	7.612

(i) Refere-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos passivos sobre a parcela do ágio amortizado fiscalmente que não transitou pelo resultado das operações da ex-controlada Softway.

(a) Movimentação líquida da rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos"

	Controladora			Consolidado		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	18.975	26.587	7.612	18.975	26.587	7.612
Adições	17.763	4.506	(13.257)	17.763	4.667	(13.096)
Baixas	(27.938)	(1.197)	26.741	(27.938)	(1.197)	26.741
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8.800	29.896	21.096	8.800	30.057	(21.257)

(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social Os valores de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) demonstrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, apresentam a seguinte reconciliação à alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(26.939)	12.322	(26.691)	12.707
Alíquota vigente do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
Expectativa de IRPJ e da CSLL de acordo com as alíquotas vigentes	9.159	(4.189)	9.075	(4.320)
Bônus – estatutários	-	(253)	-	(253)
Efeito tributário lucro presumido (*)	-	-	-	(216)
Brindes e doações	(61)	(61)	(61)	(61)
Equivalência patrimonial	(246)	38	(246)	-
Lei do bem (Lei 11.196/05)	-	2.240	-	2.240
Digital (P&D)**	820	589	820	589
Outros	275	35	111	35
Crédito de imposto de renda e contribuição social não constituídos	(23.431)	-	(23.431)	-
Total do IRPJ e da CSLL reconhecido no resultado do exercício	**(13.484)**	**(1.601)**	**(13.732)**	**(1.986)**
Corrente	-	-	(87)	(385)
Diferido	(13.484)	(1.601)	(13.645)	(1.601)

(*) A apuração consolidada da taxa efetiva inclui as controladas que são optantes pelo regime de Lucro Presumido, regime de competência; e (**) Exclusão referentes a investimentos com inovação (Intangível Digital).

20. Patrimônio Líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social é de R$93.274 e está dividido em 131.369.569 ações ordinárias e 1.046.288 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionista	Número de ações	2022 %
SC BPO Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	70.042.656	52,90%
Luiz Roberto Novaes Mattar	61.326.913	46,31%
Ações preferenciais	1.046.288	0,79%
Total	**132.415.857**	**100,00%**

Em 10 de fevereiro de 2022, foi deliberado e aprovado na Reunião do Conselho de Administração – RCA autorizar a recompra pela Companhia de 140.038 ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal e sem direito a voto. A recompra efetivamente pela Companhia não acarretou a redução do capital social. Em 31 de março de 2022, foi deliberado e aprovado na Reunião do Conselho de Administração – RCA o aumento de capital social da Companhia no montante de R$440 mediante a subscrição e integralização pela Companhia de 302.082 ações preferenciais, nominativas, sem valor em decorrência do exercício de opções de compra de ações. A recompra efetivamente pela Companhia não acarretou a redução do capital social. O aumento de capital foi mediante capital próprio dos beneficiários de planos de opção de compra de ações. Após o aumento, o capital social passou de R$92.834 para R$93.274, representado por 131.369.569 ações ordinárias e 1.046.288 ações preferenciais. **b) Reserva para plano de opção de compra de ações:** No âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano"), aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de março de 2021, determinados membros da Administração e os executivos da Companhia ("Beneficiários") são elegíveis a participar do plano de opção de compra de ações preferenciais de emissão da Companhia ("Opção"), concedendo a eles a possibilidade de investirem e se tornarem sócios da Companhia. O Conselho de Administração poderá criar, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações ("Programas") e terá amplos poderes para implementar e administrar o Plano, bem como para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a sua administração, incluindo, mas não se limitando, a: (i) selecionar os Indivíduos Elegíveis e outorgar a eles o direito de aquisição de determinado número de Ações, estabelecendo todas as condições associadas, bem como alterar tais condições, desde que referidas alterações não acarretem prejuízos financeiros ao Beneficiário; (ii) aplicar os termos e condições gerais e específicos para cada Outorga; (iii) aprovar os Contratos a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Indivíduos Elegíveis, que, assim, se tornarão Beneficiários, observadas as diretrizes do Plano; (iv) determinar a recompra pela Companhia de Ações do Beneficiário, observadas as regras deste Plano e dos Contratos; (v) regulamentar hipóteses adicionais de saída dos Beneficiários e determinar os respectivos preços de venda das Ações; e (vi) tomar as medidas necessárias para solucionar as dúvidas relacionadas à aplicação do Plano, inclusive com relação a potenciais conflitos que possam ser suscitados entre este Plano e os Contratos. O preço de exercício fixado, desde a data da outorga até a data do efetivo pagamento, tem como prazo final do Período de Carência em 1º de junho de 2024. O exercício das Opções poderá ser antecipado integralmente em caso de ocorrência de um "Evento de Liquidez". As Opções serão exercidas por meio da emissão de novas ações e/ou pela alienação de ações em tesouraria detidas pela Companhia, conforme Opção a ser tomada pelo Conselho de Administração quando do exercício. Enquanto não forem exercidas e convertidas em ações, as Opções não farão jus a dividendos ou juros sobre o capital próprio, nem outro direito patrimonial ou político na Companhia. O valor justo para os Planos de Opção de Compra de Ações foi calculado na data de outorga de cada plano com base no método "Black and Scholes". Os efeitos foram refletidos nas despesas operacionais, no resultado, e na rubrica "Reservas de lucros", no patrimônio líquido, como segue:

Data da outorga e programa	No exercício findo em 2022	Valores a registrar em exercícios futuros
17 de março de 2022 - Segundo Programa	120	160
Total	**120**	**160**

c) Reserva legal: A reserva legal é constituída com a aplicação de 5% sobre o resultado do exercício, até o limite de 20% do capital social. **d) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Aos acionistas é assegurado, em cada exercício social, o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido em conformidade com o Estatuto da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações. **e) Reserva de capital:** As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia, referem-se a valores destinados a reforçar o capital, não tendo em contrapartida, qualquer obrigação da empresa em termos de entrega de bens ou prestação de serviços.

21. Receita líquida de serviços

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita de serviços prestados	627.808	672.229	633.529	676.273
Impostos sobre serviços prestados (i)	(63.911)	(66.314)	(64.234)	(66.541)
Receita líquida de serviços	563.897	605.915	569.295	609.732

A Companhia presta serviços de diversos tipos a seus clientes, conforme descrito na nota explicativa nº 1, sendo a principal linha de negócios da Companhia a receita com serviços de atendimento, os demais serviços prestados pela Companhia, incluem serviço de "back office", mídias sociais, cobrança dentre outros relacionados ao objeto social da Companhia. (i) Referem-se ao PIS, COFINS, INSS e ao ISS incidentes sobre os serviços prestados.

22. Custos e Despesas Operacionais - Por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas com pessoal	436.148	449.273	437.532	450.052
Depreciações e amortizações	36.200	33.475	36.200	33.475
Manutenção de equipamentos de informática e de telecomunicações	35.603	31.421	39.272	33.071
Despesas com ocupação	21.027	20.269	21.028	20.269
Telefonia, conectividade e "link"	7.749	9.964	7.863	10.418
Aluguel	1.671	2.770	1.686	2.770
Serviços de terceiros	13.244	13.753	13.515	13.951
Viagens	1.550	753	1.551	753
Custos e despesas referentes a processos trabalhistas	9.255	6.016	9.255	6.016
Outros custos e despesas, líquidas	15.076	16.789	15.495	17.033
Total	**577.523**	**584.483**	**583.397**	**587.808**
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	535.098	544.003	540.972	547.327
Despesas com vendas	7.959	9.340	7.959	9.340
Despesas gerais e administrativas	39.521	31.140	39.521	31.141
Outras receitas operacionais, líquidas	(5.055)	-	(5.055)	-
Total	**577.523**	**584.483**	**583.397**	**587.808**

23. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras:				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	3.283	1.856	3.286	1.863
Outras receitas	629	1	629	1
Total	3.912	1.857	3.915	1.864
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(12.562)	(6.601)	(12.562)	(6.601)
Juros de arrendamento	(3.682)	(4.172)	(3.682)	(4.172)
Despesas bancárias	(258)	(263)	(260)	(264)
Outras despesas	-	(44)	-	(44)
Total	(16.502)	(11.080)	(16.504)	(11.081)
Resultado financeiro	(12.590)	(9.223)	(12.589)	(9.217)

24. Remuneração dos Administradores: Em 31 de dezembro de 2022, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R$2.843 (R$3.682 em 31 de dezembro de 2021), sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas". A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários	2.425	2.277
Bônus	201	1.176
Outros benefícios	217	229
Total	**2.843**	**3.682**

25. Obrigações e Compromissos: Os principais compromissos assumidos pela Companhia são: Energia elétrica - Contrato de fornecimento de energia elétrica da Companhia para provimento de insumo no desenvolvimento da atividade econômica. O contrato de compra de energia (mercado livre), teve início em outubro de 2016, com vigência até dezembro de 2026. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os custos relacionados a esse contrato foram de R$9.945 (R$7.444 em 31 de dezembro de 2021), dos quais foram apropriados ao resultado. Para os próximos anos (2023, 2024, 2025 e 2026), a Administração estima um compromisso no valor total de R$12.720. Fianças bancárias - Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, com base nos contratos vigentes, as fianças bancárias contratadas apresentam a seguinte composição:

Modalidade	Controladora e consolidado 2022	2021
Garantias destinadas a aluguéis	15.902	16.228
Garantias judiciais	3.931	4.502
Garantias para clientes (*)	13.134	6.926
Garantias outras	779	1.584
Total	**33.746**	**29.240**

(*) Garantia de fiel cumprimento das obrigações do tomador prevista em contrato e para cobertura de possíveis ações trabalhistas e previdenciárias.

26. Seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2022, com base nos contratos vigentes, os limites máximos de indenização contratados apresentam a seguinte composição:

Descrição	Ramo da apólice	Limite máximo de indenização 31/12/2022	Vencimento
Ativo imobilizado	Riscos operacionais - danos materiais e lucros cessantes	70.636	31/12/2023
Responsabilidade civil	Reclamações para reparos de danos involuntários, materiais e/ou corporais, causados a terceiros	25.000	31/12/2023
Responsabilidade profissional	Reclamações apresentadas por perdas financeiras resultantes dos serviços prestados aos clientes	5.000	15/01/2023(*)
Automóveis	Cobertura básica	94	31/10/2023
Pessoas	Seguro de responsabilidade civil dos administradores	75.000	06/06/2023

(*) Apólice renovada em 2023, no montante de R$2.500.

27. Itens que não Afetam o Caixa

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Fornecedores de ativo imobilizado não liquidados	125	1.061
Ativo imobilizado adquirido por meio de arrendamento mercantil	4.736	8.459
Provisão de dividendos	-	2.546

28. Aprovação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela diretoria em 11 de abril de 2022.

Contadora

Janaina Araujo de Souza
CRC: SP-276789/O-7

DocuSigned by:
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 18/04/2023 20:27:33 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*

DocuSign Envelope ID: 4AE80EA8-A9A9-4F57-90DD-168E00AEF0DD

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **NEOBPO Serviços de Processos de Negócios e Tecnologia S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da NEOBPO Serviços de Processos de Negócios e Tecnologia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NEOBPO Serviços de Processos de Negócios e Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de abril de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ricardo Estrella Salvia
Contador
CRC nº 1 SP 253391/O-2

DocuSigned by:
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 18/04/2023 20:27:40 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*